



REGIONALISMO PARANAENSE: IMPLICAÇÕES NA CONSTRUÇÃO DA IDENTIDADE REGIONAL A PARTIR DE UMA PERSPECTIVA INTERDISCIPLINAR

ALMEIDA, Letícia L.

*Mestranda do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas
llalmeida@uepg.br*

CORDOVA, Maria Julieta W.

*Professora do Programa de Pós-Graduação em Ciências Sociais Aplicadas
julieta.weber@yahoo.com.br*

526

RESUMO

Este trabalho tem por objetivo trazer as questões que nortearão a pesquisa sobre o regionalismo paranaense e como este se desenvolveram nas seguintes obras: Campos Gerais: *Estruturas Agrárias* (1968), Geografia Física do Estado do Paraná (1968), *História do Paraná* (1969). Problematizando como cada livro contemplou a produção de uma nova identidade regional, pautada nas especificidades regionais, tanto físicas quanto simbólicas. Compreender como articulam um Projeto interdisciplinar na Universidade Federal do Paraná que envolveu pesquisadores da História, Geografia e Antropologia, através de conceitos de *campo* de Pierre Bourdieu e *práticas discursivas* de Michel Foucault. Relacionando a problemática do regionalismo paranaense atrelado ao nacionalismo brasileiro e as relações que tais produções estabeleceram com a política paranaense.

Palavras-chave: História Regional. Identidade. Interdisciplinaridade.

ABSTRACT

This study aims to understand the production of discourses on the Paraná regionalism through the works Campos Gerais: *Agrarian Structures* (1968), *Physical Geography of the State of Paraná* (1968), *History of Paraná* (1969). Discussing how each book included the production of a new regional identity, based on regional specificities, both physical and symbolic. Understand how to articulate an interdisciplinary project at the Federal University of Parana, which involved researchers from History, Geography and Anthropology, through field concepts of Pierre Bourdieu and Michel Foucault discursive practices. Relating the issue of regionalism Paraná linked to Brazilian nationalism and the relationship established with such productions Paraná state politics.

Key-words: Regional History. Identity. Interdisciplinarity.

Introdução

A preocupação pela cultura brasileira vem sendo problematizada desde o século XIX por intelectuais como Silvio Romero, Couto de Magalhães, Mário de Andrade, entre outros. (VAINFAS, 2009, p. 218)

A construção da identidade nacional acompanhou a criação dos Institutos Históricos Geográficos Brasileiros, como o concurso do IHGB, no qual o naturalista Carl Friederich Von Martius fora contemplado com a monografia *Como se deve escrever a História do Brasil*, a partir da noção de raça ao invés de cultura, buscou analisar as relações entre as culturas no



Brasil, por isso destacamos como a interdisciplinaridade já marcava a formação do instituto estabelecendo relações entre os vários campos do conhecimento no Brasil. (VARNHAGEN, S/D, p. 19)

Discussões que foram mais aprofundadas em Gilberto Freire, Sérgio Buarque de Holanda, Caio Prado Júnior e tantos outros que problematizaram a cultura brasileira do início do século XX.

No Paraná, o processo de forjamento de uma identidade paranaense é gestado na criação do Instituto Histórico Geográfico Paranaense, o IHGEP em 1900. Aos moldes do IHGB de Francisco Adolfo de Varnhagen.

O que ressaltamos é a importância que os intelectuais brasileiros tiveram no processo de forjamento de identidades, seja através da História, da Literatura, do Jornalismo, produzindo discursos que aos poucos foram incorporados pela política, criando o nacionalismo e consequentemente um ser “brasileiro”.

No entanto, percebemos que esta identidade nacional foi entrecortada por identidades regionais, pelas oligarquias agrárias regionais que desde a República Velha dão o tom nas políticas locais. Conflitos separatistas foram enfrentados desde o período imperial, como a Revolução Farroupilha, Cabanagem, Sabinada e Balaiada. (MOREL, 2003)

Então dessa forma, entendemos como a construção da identidade é atrelada a construção discursiva, a partir de uma imagem que se faça reconhecer pelos demais e também projetá-la para os outros.

As identidades nacionais são construídas socialmente, acionando elementos de diversas regiões buscam produzir uma homogeneidade cultural, neutralizando possíveis diferenças entre os vários elementos que lhe compõe, como os elementos étnicos, culturais, e de gênero. Stuart Hall destacou o caráter multifacetado da Identidade e como esta é utilizada estrategicamente para definir um “senso comum” de pertencimento a um determinado lugar, demonstrando como a Identidade age enquanto instrumento, como nas narrativas, conectam e identificam os indivíduos a um passado pré-existente a eles. (HALL, 2005, p. 48-52)

Portanto, a Identidade relaciona os indivíduos a um passado e a um futuro, enaltecendo origens, bem como impulsionando estes para um futuro (modernidade). Hall atenta ao fato de que este processo de construção da Identidade, por vezes oculta um projeto de legitimação de uma determinada visão de mundo.



O que ressaltamos é que na construção de uma Identidade nacional as identidades regionais devem convergir para a nação, através da mobilização de elementos simbólicos, através do quais estrutura-se um poder, cristalizada na ideia de Nação. Por isso o regional deve-se direcionar ao nacional.

Compreendemos a formação dos nacionalismos na perspectiva de Hobsbawm, conota-se que apenas a consciência de pertencimento dos indivíduos não define uma nação. Sua construção permeia elementos objetivos e subjetivos, assim relacionam-se a esfera cultural com a esfera política. (HOBBSBAWM, 1990, p. 17)

Hobsbawm argumenta que o processo de pertencimento não é dado a priori, mas é desigual: “O primeiro é que a “consciência nacional” se desenvolve desigualmente entre os grupos e regiões sociais de um país; essa diversidade regional e suas razões foram notavelmente esquecidas no passado”. (HOBBSBAWM, 1990, p. 21)

Assim, problematizamos como a diversidade regional fora “esquecida” ou “sufocada” para que se consolidasse uma unidade nacional. No entanto vale ressaltar em que medida este discurso de homogeneização cultural foi completo, percebendo os processos de diferenciação que as regiões brasileiras construíram desde o século XIX atreladas a um projeto intelectual que por vezes fora apropriado pelas políticas regionais.

A construção de uma identidade nacional brasileira

A construção da Identidade nacional perpassou também a questão entre as diferenciações entre o rural e o urbano. Por isso, a partir de 1930 uma geração de literatos buscou entender as diferenças do interior do Brasil, denunciando o abandono político em que as regiões mais remotas passavam e a situação do homem do campo brasileiro.

Assim percebemos que os intelectuais brasileiros incumbiram-se em suas obras problematizar o espaço regional em que lhes era familiar, como observara Antônio Cândido, ao discutir os problemas do homem rural paulista, buscando atentar a política brasileira para o que ocorria além dos espaços urbanos, reivindicando um espaço para este na nacionalidade, rompendo com a representação do homem do campo caricatural, que na literatura ganharam expressão nas obras de Monteiro Lobato. De acordo com Cândido: (2011 Apud Frizon p. 17)

Talvez se possa dizer que os romancistas da geração dos anos 1930, de certo modo, inauguraram o romance brasileiro, porque tentaram resolver a grande



contradição que caracteriza a nossa cultura, a saber, a oposição entre as estruturas civilizadas do litoral e as camadas humanas que povoam o interior – entendendo-se por litoral regiões geograficamente correspondentes do que os tipos de existência, os padrões de cultura comumente subentendidos em tais designações.

Essa dualidade cultural, de que temos vivido, tende, naturalmente a ser resolvidas, e enquanto não for não poderemos falar em civilização brasileira.

Ressaltamos como a construção dos regionalismos brasileiros mobilizou o campo intelectual brasileiro. Estes enquanto pertencentes a grupos privilegiados são incitados a produzir discursos estruturados na diferenciação do espaço geográfico e da identidade cultural. Num processo de auto-reconhecimento por parte destes indivíduos, que se percebem pertencentes a uma determinada singularidade, como o espaço físico em qual se insere. (PESAVENTO, 1990, p.69).

Cunha (2000, p. 39), ressalta a importância de se discutir os modelos regionais e locais que são produzidos pelos pesquisadores, já que por vezes estes estudos influenciaram políticas públicas governamentais e não-governamentais, que em certa medida apropriam-se desses estudos buscam entender as diversidades culturais de uma determinada região.

Apropriamo-nos do conceito de Região, definido pela Geografia, que segundo Gomes significa a: “relação entre centralização, uniformização administrativa e a diversidade espacial, diversidade física, cultural, econômica e política, sobre a qual este poder centralizado deve ser exercido.” (GOMES 1995 apud CUNHA, 2000 p. 42). Desta forma, a Região se define por um conjunto de propriedades culturais e físicas que são articuladas para definirem uma centralização político-administrativa, a partir do local.

A partir do conceito de Região, buscamos entender como este é articulado pelos autores dos livros: *Campos Gerais: Estruturas Agrárias* (1968), *Geografia Física do Paraná* (1968) e *História do Paraná* (1969) quando buscam produzir uma identidade paranaense a partir do processo histórico paranaense, bem como da estrutura física e climática do Estado.

Este trabalho faz parte da pesquisa homônima sobre a construção do regionalismo paranaense e como ela foi conduzida pelos autores destes livros. Buscando compreender o papel destes intelectuais que através de seus discursos e as relações que estes estabeleceram com a política paranaense do mesmo período.

Campos Gerais: Estruturas Agrárias organizados por Brasil Pinheiro Machado e Altiva Pilatti Balhana, possuindo textos do político Bento Munhoz da Rocha Netto; do geógrafo João José Bigarella, do economista Luiz Antônio Camargo Fayet, historiadores como Cecília



Westphalen, Oksana Boruszenko e Jaime Antônio Cardoso. Fundamentados em um Projeto interdisciplinar buscavam compreender as transformações que ocorreram na região desde o século XIX, caracterizando as especificidades do relevo e solo da região, na desagregação das atividades pastoris para as atividades agrícolas.

Relembramos que no Brasil o curso de História estava vinculado ao da Geografia, fundado no Paraná em 1938 na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Por isso, muitos dos professores do curso eram intelectuais de ofício, como Bento Munhoz da Rocha Netto, antropólogos como José Loureiro Fernandes e advogado, como Brasil Pinheiro Machado. Em 1955 foi regulamentada a separação entre Geografia e História, que só fora colocada em prática no Paraná em 1959. (MACHADO, 2013, p. 2-3.)

Neste sentido, os livros Campos Gerais: Estruturas Agrárias (1968) e História do Paraná (1969) surgem especialmente da relação de parceria entre Geógrafos, historiadores e antropólogos.

Sob a perspectiva da Geografia, entendemos que tais estudos estruturam-se na vertente positivista da Geografia de Vidal de La Blache, segundo o conceito de Região é trabalhado a partir da ideia de totalidade, a partir da pesquisa de campo, no qual o homem deve ser entendido em relação ao espaço físico, assim o pesquisador deveria compreender como a paisagem interfere no desenvolvimento social, relacionando o geral e o local, nas palavras de La Blache (1896 Apud DANTAS & MEDEIROS p. 5, 2008):

Um elemento geral se introduz em toda pesquisa local. Não existe, efetivamente, região cuja fisionomia não dependa de influências múltiplas e longínquas da qual importa determinar o foco. Cada região age imediatamente sobre sua vizinha e é influenciada por ela.

No campo da História a relação interdisciplinar também deve ser associada à inovação metodológica proposta pela Escola de *Annales*, que a partir de 1929 surgiu na França como crítica a uma História Positivista proposta por Langois e Seignobos, enquanto conhecimento pautado em fontes oficiais, essencialmente política, no processo de definição da História entre conhecimento científico ou literário. Conduzida por Marc Bloch e Lucien Febvre, ampliam a noção de documento em História e introduzem a problemática, influenciados, pela Sociologia de Emile Durkheim, a partir do conceito de representações coletivas. A *Annales* alargou as relações entre a História e as Ciências Humanas, já que uma das premissas era a interdisciplinaridade. (LE GOFF, 2001, p. 22)



Sobre as produções regionalistas no Brasil Cunha argumenta que a análise regionalista transformou muitos trabalhos em “provincianismo acadêmico”, pois submetiam o geral ao local, não conseguindo propor uma estrutura lógica-dedutiva forte. (CUNHA, 2000, p. 44)

Desta forma, buscamos entender estas produções enquanto construção do regionalismo paranaense, como fenômeno complexo, que também se alicerçou nas bases sócio-espaciais, ou seja, a região paranaense tomada como região geográfica e o conceito de região como instrumento de interpretação do real, superando as perspectivas deterministas de que o geográfico impõe sobre as relações sociais, mas compreendendo-o numa relação dialógica com os sujeitos. (CUNHA, 2000, p. 44)

Nas palavras de Cunha (2000, p. 49):

Ou seja, com isso pode-se desnudar o exercício do poder que, naturalmente, ou melhor, socialmente, relaciona-se a grupos, classes e instituições, enfim, atores individuais e coletivos, públicos e privados, que atuam a partir de heranças culturais e configurações políticas e econômicas próprias de uma determinada região.

Nesse sentido buscamos entender também o livro de Reinhard Maack¹, *Geografia Física do Paraná* (1968), enquanto parte de um projeto de exploração dos aspectos geológicos e geográficos do Estado, um dos primeiros a se posicionar como ambientalista, já que assiste à transformação do território paranaense devido à extração da madeira e o avanço da produção do café no Norte paranaense, que devastou grande parte das florestas de Araucária da região.

Maack reuniu conceitos para estabelecer as bases geográficas paranaenses, o clima e a distribuição das matas e campos no território paranaense. Nessa perspectiva, entendemos a discussão do autor sobre as relações entre homem e natureza no Paraná e como se deu a exploração dos recursos naturais no Estado. Assim como um dos alicerces da Identidade paranaense definiu-se na especificidade climática e geográfica. Buscamos entender como a produção de Maack contribui para a produção de discurso de diferenciação paranaense, no que

¹ MAACK foi um alemão que chegou em 1923 no Brasil para trabalhar como engenheiro da Companhia de Mineração e Colonização Paranaense. Nos anos seguintes realizou varias pesquisas de campo na Serra do Mar, mas quando o Brasil entra para a 2ª Guerra Mundial, em 1941 foi preso em Curitiba junto com um grupo de alemães. Manoel Ribas, então interventor do Estado, libertou-o em 1944, sob a condição de que este prestasse serviços ao Estado, assumindo a tarefa de geólogo no Museu Paranaense e depois no Instituto de Biologia e Pesquisas Tecnológicas. Em 1946, foi contratado pela Universidade do Paraná, momento em que está se federaliza, trabalhou como professor de Geologia e Paleontologia na então Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras. Reconhecido internacionalmente pelos seus trabalhos. Morre em 1969. KUROWSKI, Ursula M. Dados biográficos de Reinhard Maack. In: MAACK, Reinhard. *Geografia Física*. 4. Ed. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2012, p. 7-15.



tange ao espaço físico, ressaltando que neste momento produziu dois mapas sobre a geologia e vegetação paranaense. (MAACK, 2012, p. 42)

O sucessor de Maack no campo do conhecimento geológico do Paraná foi José Bigarella, que integrou o projeto de estudos sobre os Campos Gerais em 1968. Em seus últimos estudos Maack problematizou as mudanças ocasionadas no Norte do Paraná, como denúncia ao desenvolvimento desordenado, sendo um dos primeiros defensores da necessidade de reservas florestais no Estado.

Portanto, ressaltamos o processo de regionalização paranaense, tanto no que se refere às transformações históricas, mas também geográficas. Relacionando a configuração espacial e também política do Estado, no qual os indivíduos relacionam-se e agem sobre o espaço físico.

O Paraná emancipou-se em 19 de dezembro de 1853, enquanto 5ª Comarca da Província de São Paulo. Impulsionados pelos movimentos imigratórios e do auge da erva-mate em Curitiba, iniciou-se a exploração de madeira no litoral paranaense e o desenvolvimento das atividades do café no norte paranaense. Assim, nas palavras de Westphalen (1969 p. 113)

Foram, aliás, os homens do comércio, aqueles do comércio exportador de erva-mate, via de regra comerciantes de Paranaguá e Curitiba, bem como aqueles do comércio do gado muar, da elite campeira dos Campos Gerais, os que trabalharam e, enfim, obtiveram em 1853 a emancipação político-administrativa da Província do Paraná, e que constituíram as oligarquias políticas dominantes em todo o período provincial.

Assim com a criação da Província teve início à construção de uma identidade paranaense, como apontado por Westphalen, desde início foi um projeto das elites que detinham o poder econômico no Estado.

Numa tentativa de tratar as especificidades da região, no Paraná, esse projeto de construção de uma identidade regionalista foi iniciado pelo Movimento Paranista no início do século XX, buscando construir uma identidade para o Paraná, buscou universalizar um discurso partindo da capital, Curitiba, ou seja, enaltecendo virtudes do Estado recém-criado.

Durante o século XIX e XX vários Estados foram criados e para consolidarem-se na política brasileira, tinham que projetar uma imagem de si, por vezes idealizada e heróica. Sobre o regionalismo no Amapá, Marques & Marques destacam o papel que a elite assume no processo de construção da Identidade Regional, definindo uma projeção do Estado no cenário nacional: “A elite conduzia a “defesa” da região, mas, para que a região fosse considerada um



espaço de ação política, faz-se necessária a constituição de uma identidade regional.” (MARQUES & MARQUES, 2013, p. 818).

Segundo Pesavento (1990, p. 69), sobre a construção regionalista no Rio Grande do Sul, ela percebe que esta é por vezes utilizada como instrumento de dominação das elites, que visam produzir um conceito de região, pautada na construção de uma identidade associada a cultura e às fronteiras geográficas. Na produção do reconhecimento das singularidades do Estado, na totalidade do país. Estes intelectuais visavam inibir tensões e manter o monopólio da atuação de determinado grupo na política local.

Desta forma, percebemos o processo de produção de sentidos interpretativos, no qual o texto, enquanto materialidade possui referenciais sócio-históricas, bem como produz ideologia, percebendo os efeitos de sentido que podem ser conferidos às formações discursivas.

Durante o início do regime Republicano, o Paraná apoiou-se no Positivismo e no Anti-Clericalismo. A identidade paranaense ganhou expressão no movimento Simbolista no final século XIX, representado por de autores como: Dario Vellozo, Domingos do Nascimento, Emiliano Pernetá, Emílio de Menezes, Rocha Pombo, Romário Martins, entre outros. Nota-se que essa construção da identidade nacional foi alicerçada na construção de símbolos que identificassem a região, como o Pinheiro do Paraná, bem como os elementos que compõem o próprio brasão do Estado.

No início do século XX, os intelectuais curitibanos reuniram-se no Movimento Paranista, apontando como a “produção do mate” remonta a emergência de uma elite ervateira em detrimento da elite campeira dos Campos Gerais. Segundo Cordova, esta elite apóia-se na intelectualidade local visando produzir uma identidade que correspondesse aos interesses dessa nova classe, ou seja, enquanto suporte ideológico. (CORDOVA, 2009, p.55)

Teve sua maior expressão em Romário Martins, no qual colocou em prática a construção de um pensamento sobre o Paraná de forma idealizada. O Paranismo é atrelado ao sentimento, ou seja, também dependia do processo de subjetivação da identidade regional pelos paranaenses. (CORDOVA, 2009, p. 60)

Ainda sobre o Paranismo, Pereira atenta como este pode ser compreendido enquanto forma do Paraná encontrar sua brasilidade, tomando a identidade do paranaense enquanto “natural” vinculando-a às “especificidades regionais” ao nacionalismo vigente. (PEREIRA, 1996, p. 9)



Nesse sentido Pereira compreende o papel que os intelectuais ocuparam na construção da Identidade paranaense da primeira metade do século XX: “(...) tentará forjar um estado que não passava até então de uma parcela de terra sem fronteiras bem definidas e com uma população heterogênea e sem quaisquer características em comum.” (PEREIRA, 1990, p. 14)

De acordo com Cordova (2007) o Paranismo visou construir uma identidade que relacionasse o regional ao nacional, no qual por vezes a história regional foi apreendida como apêndice da história nacional.

Uma dessas construções fora o Paraná enquanto zona de passagem:

(...) o Paraná não percebia sua condição espacial (separando o sudeste do sul do país, este que já havia passado por tentativas separatistas, como a Revolução Farroupilha, bem como as fronteiras entre os países vizinhos Paraguai e Argentina). Este representava um papel significativo na unidade nacional. (PEREIRA, 1990, p. 24)

No início da segunda metade do século XX, outros intelectuais começaram a problematizar a identidade regional no Paraná. Um desses foi José Loureiro Fernandes², médico de formação que se especializou em antropologia e dedicou-se a preservação do patrimônio cultural paranaense, participando da criação do departamento de Antropologia na Universidade Federal do Paraná em 1958. (MARANHÃO, 2006, p. 13)

Nesse sentido ressaltamos como à gênese das Ciências Sociais no Paraná no período em tela, faz parte da problematização de uma identidade paranaense pautada na modernidade, buscava também formar profissionais que atuasse junto aos paranaenses, edificando uma proposta de Paraná moderno. (BEGA 2006, p. 48 Apud MARANHÃO, 2006).

Maranhão (2006, p. 23) ressalta o papel ocupado por Loureiro Fernandes não apenas no processo de consolidação da Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná, como diretor do Museu Paranaense, desenvolveu a prática de pesquisa interdisciplinar que envolveu historiadores, geógrafos e antropólogos, que mais tarde compuseram o quadro de professores

² José Loureiro Fernandes era português, formado em Medicina, especialista em antropologia, urologia e arqueologia. Exerceu atividades como professor universitário na Universidade do Paraná e Pontifícia Universidade Católica, médico e político. Foi membro de diversas instituições culturais, como o Círculo de Estudos Bandeirantes, Instituto Histórico, Geográfico e Etnográfico Paranaense. Faleceu em 1977. In: MARANHÃO, Maria F. C. Contextualizando Imagens Paranistas (1940-1950): o Filme Etnográfico de Vladimir Kosák e as Ciências Sociais no Paraná. Curitiba, 52 f. Monografia (Especialização em História e Geografia do Paraná) – Faculdade Padre João Bagozzi, Curitiba, 2006.



da UFPR, como o geógrafo Reinhard Maack, reconhecendo-o como parte importante do processo de consolidação das Ciências Sociais no Paraná.

Após os anos 50, Pereira (1996, p. 52) afirma que a construção do regionalismo não está mais relacionada à construção da ideia de Nação, vinculada às concepções de progresso e da técnica, referenciando as transformações econômicas ocorridas no Estado do Paraná na primeira metade do século XX, quando se refere ao Paranismo. Estas são apresentadas enquanto realizações concretas da modernidade nos trópicos, ou seja, adaptação dos modelos de desenvolvimento capitalista vigentes. Reforçando hábitos cosmopolitas, que são forjados no desenvolvimento do espaço urbano.

Assim a geração de historiadores, geógrafos e antropólogos da Universidade Federal do Paraná reuniram-se para analisar o processo de desenvolvimento econômico paranaense. Buscou-se compreender os fenômenos sociais de forma totalizadora, sob diversos aspectos. (RODRIGUES, 2009, p. 166-167)

Portanto, os limites entre as Ciências Humanas na UFPR ainda não estavam tão definidas, já que as relações que se estabeleceram entre Geografia, História e Antropologia são constantes, expressas nos livros acima citados e outras parcerias, no qual não podemos deixar de mencionar o tcheco Vladymir Kosák.³ Este realizou diversas parcerias com os professores da Universidade Federal do Paraná, registrando em filme de 16mm e em fotografias as pesquisas de campo de historiadores, geógrafo e antropólogos no período.

Ressaltamos a relevância que tais obras assumiram no período e como ainda permanecem enquanto referências fundamentais nas discussões sobre o Paraná. Buscaremos compreender as relações interdisciplinares entre História, Geografia e Antropologia no final dos anos 60 na Universidade Federal do Paraná e como estas obras produziram um sentido para o Estado, que desde o século XIX passava por intensas mudanças sociais e econômicas, como a emancipação em 1853 e também o grande fluxo de imigrantes que o Estado recebera no final do século XIX e continuava recebendo no século XX.

³ Vladymir Kosák, engenheiro, fotógrafo e cineasta tcheco, chegou ao Brasil em 1923 para trabalhar nas Companhia de Eletricidade. Em 1946 foi convidado por Loureiro Fernandes para assumir a seção de Cinema Educativo, mesmo ano em que assumiu a função como técnico em Cinema na Faculdade de Filosofia, Ciências e Letras do Paraná. Foi um dos pioneiros nos registros etnográficos no Paraná, cultura popular e também dos índios Xetá. Seu acervo encontra-se no Museu Paranaense. IN: MARANHÃO, Maria F. C. Op. cit., p. 32-33.



Tendo em vista que este período se remete também à problemática do papel do imigrante no Paraná, e sua contribuição no desenvolvimento econômico paranaense, diante das mudanças que se operavam em diversas regiões do Estado.

Por meio da interdisciplinaridade teve início o projeto de pesquisa na Universidade Federal do Paraná, catalogação e levantamento de fontes, desenvolvimento de mapas, trabalhos de campo e viagens de reconhecimento dos núcleos coloniais no estado.

Estas obras são utilizadas como referências nos estudos sobre regionalismo paranaense, influenciando um grande número de pesquisadores (sociólogos, historiadores, geógrafos, antropólogos), repercutindo internacionalmente quando ao método utilizado. Conquistaram um espaço acadêmico para suas produções e se destacaram também como relações de interdisciplinaridade na pesquisa acadêmica.

Sobre a interdisciplinaridade, entendemos esta a partir de Gilberto Velho, ressaltando o caráter complexo dos fenômenos sociais, que justifica as iniciativas de abordagem do social através da compreensão do social numa perspectiva multidimensional (a partir da História, Geografia, Antropologia, etc). No qual o pesquisador busca compreender os significados que os indivíduos conferem ao mundo (dimensão simbólica) e como estes se relacionam com o ambiente (dimensão física). (VELHO, 2005, p. 13)

Enfatizamos a especificidade do objeto das ciências sociais:

Por mais preocupado e atento que esteja – e o bom investigador geralmente está – a sensibilidades, valores e tipos de poder que, certamente não é o mesmo de um biólogo que pesquisa, por exemplo, cérebros de porcos ou coelhos. Essa é uma questão mais geral no trabalho científico e que atinge um patamar drasticamente crucial quando se trata dos estudos de seres humanos. (VELHO, 2005, p.14)

Ressaltando que por mais comprometido que o pesquisador social esteja com o seu objeto podemos verificar como a construção do conhecimento orienta-se também por critérios de subjetividade, entendendo como os discursos produzidos são orientados por inquietações que o indivíduo constrói socialmente. Por isso problematizamos como se construiu as análises sobre o Paraná, enquanto um processo de significação do regionalismo paranaense, entendendo como este objeto foi trabalhado, reconhecendo que todo o processo de produção do conhecimento também possui sua história.

Compreendendo os discursos a partir do que Foucault, estas enquanto *práticas discursivas*. Como formações de enunciados e regularidades discursivas. A partir



descentramento do sujeito, detêm-se a análise nas especificidades dos discursos, nos quais o autor é entrecortado pela identidade e individualidade. (FOUCAULT, 2013, p. 25)

Desta forma buscamos compreender como estes discursos trabalharam o regionalismo paranaense sob as dimensões física e humana. Entender as relações que se estabeleceram entre esses intelectuais e as relações que se expressaram no campo de produção intelectual compreendendo este enquanto “relativamente autônomo” na perspectiva social. Estes pensaram o Paraná de forma teleológica, no qual este estaria em direção ao progresso, associando-o a uma perspectiva eurocêntrica na empreitada do desenvolvimento capitalista, ressaltando a singularidade paranaense, Rocha Netto disse: (1969, p. 19)

Teve por contingências históricas, de um lado, a consciência da missão de assimilar, de incorporar à nacionalidade, culturas diferentes, dando-lhes nossa versão regional e, de outro lado, a consciência da diversidade de seu meio físico em seus planaltos frios, os primeiros que caracterizaram nossa província.

Enaltecera a especificidade do clima que acolheu os imigrantes “laboriosos” para que estes efetivassem o projeto de modernização do Estado. Compreendendo assim as condições sociais de produção de um conhecimento sobre o Paraná, que fosse apropriado pela política.

Bento Munhoz (1951-54) foi governador do Estado, por isso de certa forma, ele buscou promover a iniciativa do governo do Estado, no apoio aos imigrantes, no prefácio do livro *Campos Gerais: Estruturas Agrárias* (1968), Rocha Netto (1968, p. 11):

Por isso, assistí com grande satisfação a vinda dos menonitas para Palmeira, espontaneamente, e tratei de amparar a iniciativa, como foi possível. Do mesmo modo os holandeses em Castrolanda, na mesma época, êstes já com a lição de Carambeí, 40 anos antes (1911), transformaram no jardim os campos de Castro, situadas naquela paisagem que tanto sensibilizou Saint-Hilaire no início dos oitocentos.

Assim concretizou-se um espaço de produção de conhecimento sobre o Estado que pudesse integrá-lo à perspectiva nacional. Bem como se produziu discursos sobre o “vazio demográfico” paranaense, no qual apenas 1/3 do seu território era ocupado no começo do século XX por 249.491 habitantes, justificando assim a vinda de imigrantes para o Estado. Pereira (1996, p. 45) atentou para a falácia desta construção discursiva: “(...) O Brasil tinha em 1890, quatorze milhões trezentos e trinta e três habitantes e o estado mais populoso era Minas Gerais com 2,1 milhões. São Paulo tinha apenas 840 mil habitantes e a cidade do Rio de Janeiro era o único centro urbano do país, com 522 mil habitantes.”



Além do Regional, entendemos também que as obras elencadas para a pesquisa, são produzidas num contexto mais amplo, o Brasil dos fins dos anos 60. Alfredo Bosi afirma que o Brasil estava acompanhando a um momento de aceleração do capitalismo, dentro e fora do país, ocupando-se, sobretudo para compreender esta transição do “tradicional” para o “moderno”. No entanto o processo industrial não possibilitou aumento no quadro de empregos, portanto as desigualdades entre as classes se multiplicaram, o que refletiu no aumento dos movimentos sociais, que conseqüentemente refletiram no campo político nacional, através do qual se efetivou o autoritarismo e repressão. (BOSI APUD MOTA, 1994, p. 7)

Por isso as análises econômicas predominam em vários trabalhos pelo Brasil, buscando as raízes do “atraso” econômico e as estruturas sociais, por isso retomando o “provincianismo acadêmico” citado anteriormente, ressaltamos como as produções acadêmicas deste período, muitas destas regionalistas, demoraram a repercutir ou nem mesmo repercutiram no meio intelectual. Sobre isso, refletiu Mota: “Afinal, muitos foram os trabalhos que não tiveram repercussão imediata, da mesma forma, outros que atestam plena maturidade cultural, permaneceram bibliografia restrita à reduzidíssimos estamentos intelectuais.” (MOTA, 1994, p. 27)

Entendemos que a temática regionalista em geral não fora problematizada, nas palavras de Silva (1990, p. 45): “O regionalismo, portanto, é útil como método de estudo dos processos econômicos, sociais e políticos que ocorrem em territórios determinados, ao longo do tempo.” Ressaltamos que estes grupos intelectuais estavam atrelados a elites, buscando atrair capitais para o Estado, já que segundo a autora, por vezes os intelectuais estão associados a grupos de interesses, já que a política nacional por vezes conota a predominância de alguns estados na política nacional, assim buscavam projetar do Paraná no cenário político brasileiro.

Os autores dos livros em questão (historiadores, geógrafos e antropólogos) que buscaram entender a conjuntura paranaense e sua história, a partir das transformações sociais que nos fins do século XIX e início do século XX trouxeram novos sujeitos e também novas economias. Por isso, os autores dos livros Campos Gerais: Estruturas Agrárias (1968), Geografia Física do Paraná (1968) História do Paraná (1969), ressaltando a especificidade geográfica e social do Estado, buscaram entender o desenvolvimento paranaense, tentando dar unicidade ao que estava disperso, ou seja, organizar estas novas identidades em uma só, ressignificando o ser paranaense.



Desde o início da primeira metade do século XX a discussão da identidade paranaense estava na ordem do dia, como nas comemorações ao Centenário da Emancipação Política do Paraná (1953) na qual se desenvolveram muitas festividades. Momento este em que escreveu Wilson Martins *Um Brasil Diferente*, livro que discutia questões de mestiçagem e de integração do imigrante no Paraná, numa história forjadora do progresso, que trazia o Paraná enquanto predominante germânico, ou seja, tinha conseguido efetivar o projeto de branqueamento da população diferente dos outros Estados brasileiros. Nas palavras de Burmester et. al (1990, p. 154) sobre o Paranismo dos anos 50: “Ao mesmo tempo coloca as inquietações da intelectualidade local: como integrar essa experiência inédita dos neoparanaenses sem que se perca a identidade original da região? Como manter-se fiel à cultura luso-brasileira”.

Percebemos a partir de vários autores que pesquisaram o período, como tal perspectiva foi reducionista, pois negou que a cultura paranaense era permeada por várias culturas, como a do negro, a do indígena e a do caboclo, anteriores a vinda do imigrante europeu. Buscam enaltecer as singularidades locais, ao mesmo tempo em que se procura redefinir o indivíduo paranaense, entrecortado por estas várias identidades que vieram para o Paraná. Relacionando as produções com o projeto político vigente, que era da modernização do Estado e adequação deste à economia capitalista.

Entendemos também como a produção de discursos sobre o Paraná, enquanto saber institucionalizado pela academia, o qual deveria produzir um efeito sobre os dirigentes do Paraná, bem como ser reproduzido nos discursos educacionais. Reconhecendo que os discursos não são produções neutras, mas produzidos institucionalmente, devemos entendê-los enquanto recortes da realidade e pertencentes a um determinado contexto.

Sobre a produção intelectual Bourdieu demonstra que o posicionamento desses se justifica enquanto produtores de bens culturais, possuindo uma autonomia relativa desse campo em relação aos demais, principalmente se remetendo ao campo do poder. (BOURDIEU, 2009, p. 99)

Bourdieu ressalta que o mercado de bens culturais possui uma dinâmica própria, atrelados à estrutura de produção erudita. Este atua no campo social enquanto um sistema de produção de bens culturais e instrumentos de apropriação desses bens. Ressaltamos, portanto que tais produções visam uma recepção. A partir da recepção, são avaliados e legitimados, no processo de reconhecimento no mercado de bens culturais. E através deste que podem legitimar



sua posição do intelectual e também participarem do campo político. (BOURDIEU, 2009, p. 105)

Reconhecendo assim que o destino destes discursos também é o próprio campo erudito. Ou seja, devem inserir-se no processo de diferenciação, segundo critérios de pertinência e inovação. Segundo Bourdieu, devemos atentar aos seguintes elementos nas produções do campo de produção erudito, já que estas produções contemplam em certa medida: “[...] indicações acerca do modo com que o autor pensou a novidade de seu empreendimento, ou seja, daquilo que o distinguia, em seu entender e de seus antecessores.” (BOURDIEU, 2009, p. 112)

Entender a partir do conceito de *campo*, como os autores sistematizaram suas ideias e como estas ideias se distinguem das produções anteriores, como o Movimento Paranista, a produção de símbolos e signos na cultura paranaense e a noção de território e região, por exemplo. Compreendemos o campo de produção erudita, a Universidade Federal do Paraná, e as posições ocupadas pelos agentes nesse campo, ou seja, enquanto campo educacional e institucional. E como estas obras foram apropriadas não apenas pelo campo político paranaense, mas no campo de produção do conhecimento.

Já que os discursos visaram produzir novos sentidos sobre o Paraná, refletiu também no discurso sobre o Paraná que seriam apropriados pela Educação, nesta perspectiva entendemos que: “Todo o sistema de educação é uma maneira política de manter ou de modificar a apropriação dos discursos, com os saberes e os poderes que eles trazem consigo.” (FOUCAULT, 1999, p. 44)

Nesse sentido, compreendemos como processo de construção da identidade regional foi conjugado à nacional. Hall alerta ao fato que muitas vezes a produção cultural não esta atrelada à experiência, mas a interesses. De acordo com Hall “(...) reconhecer que o trabalho de elaboração de produção de cultura, em todos os âmbitos, é de interesse público e político.” (HALL, 2003, p. 17)

Desta forma, compreendemos como o conhecimento, mesmo que pautado em rigores teórico-metodológicos, possui em si tensões e por vezes até expressam um inconsciente por parte do autor.



CONSIDERAÇÕES FINAIS

A partir dos diversos discursos produzidos nos livros elencados pela pesquisa, problematizaremos as tentativas de hegemonia cultural gestadas pela intelectualidade paranaense, bem como nos leva a pensar sobre as possibilidades de contestação destas identidades, que muitas vezes são sufocadas ou tratadas de forma simplista.

Reconhecendo que o Paraná foi entrecortados por diversas etnias (imigrantes) e regionalismos (migrantes), já que o projeto político da modernização do Estado atraiu diversos agentes, procuraremos compreender como este projeto localizado na Universidade Federal do Paraná mobilizou diferentes áreas de conhecimento, dentre as quais a História, a Geografia e a Antropologia para fundamentar o conceito de regionalismo paranaense e produzir uma identidade. Entendendo que esse processo também significou uma consolidação das Ciências Sociais no Paraná e como este ganhou expressão na problemática do regionalismo paranaense enquanto projeto interdisciplinar.

REFERÊNCIAS

BALHANA, Altiva Pilatti; MACHADO, Brasil Pinheiro. *Campos Gerais: estruturas agrárias*. Curitiba: UFPR, 1968.

_____; WESTPHALEN, Cecília. *História do Paraná*. Curitiba: Grafipar, 1969.

BLOCH, Marc. *Apologia da História ou O Ofício do Historiador*. Rio de Janeiro: Ed. Zahar, 2002.

BOURDIEU, Pierre. *A Economia das Trocas Simbólicas*. São Paulo: Perspectiva, 2009.

BURMESTER, Ana Maria; MAGALHÃES, Marionilde B. D; PAZ, Francisco Moraes. O paranismo em questão. In: SILVA, Márcio. (org). *República em Migalhas*. São Paulo: Marco Zero, 1990, p. 145-160.

CUNHA, Luiz A. G. Sobre o conceito de Região. In: *Revista de História Regional* 5 (2), p. 39-56, Inverno, 2000.



CORDOVA, Maria Julieta W. O Paranismo e o processo de produção historiográfica paranaense. *Revista de História Regional*. Ponta Grossa, Inverno/2007, p. 151-190.

_____. Tinguí, Pioneiros e Adventícios na Mancha Loira do Sul do Brasil: o discurso regional autorizado de formação social e histórica paranaense, 2009, 296 f. Tese (Doutorado em Sociologia) – Universidade Federal do Paraná, Curitiba, 2009.

DANTAS, Aldo. *Introdução à ciência geográfica: geografia*. Natal: EDUFRN, 2008.

FOUCAULT, Michel. *A Arqueologia do Saber*. 8ª ed. Rio de Janeiro: Forense Universitária, 2013.

_____. *A Ordem do Discurso*. 5 ed. 1999.

FRIZON, Marcelo. O Regionalismo na Literatura Brasileira: o Diagnóstico de Antônio Cândido, 2007, 127 p. Dissertação (Mestrado em Literatura Brasileira) – Universidade Federal do Rio Grande do Sul, Porto Alegre, 2007.

HALL, Stuart. *A Identidade Cultural na Pós-modernidade*. 10 ed. Rio de Janeiro: Dp&a Editora, 2005.

_____. *Da Diáspora: Identidades e Mediações Culturais*. Belo Horizonte: Editora UFMG, 2003.

HOBSBAWM, Eric J. *Nações e nacionalismo desde 1780: programa, mito e realidade*. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1990.

MAACK, Reinhard. *Geografia Física do Paraná*. 4. Ed. Ponta Grossa: Ed. UEPG, 2012.

MACHADO, Daiane. A criação do curso de História da UFPR: notas iniciais da pesquisa. In: XVII SEMINÁRIO NACIONAL DE HISTÓRIA, 2013, Rio Grande do Norte. *Anais*. Rio Grande do Norte, 2013, p. 1-17.

MARANHÃO, Maria F. C. Contextualizando Imagens Paranistas (1940-1950): o Filme Etnográfico de Vladimir Kosák e as Ciências Sociais no Paraná. Curitiba, 52 f. Monografia (Especialização em História e Geografia do Paraná) – Faculdade Padre João Bagozzi, Curitiba, 2006.

MOREL, Marco. *O Período das Regências (1831-1840)*. São Paulo: Ed. Zahar, 2003.



MOTA, Carlos G. *Ideologia da Cultura Brasileira: 1933-1974*. 2ª ed. São Paulo: Ed. Ática, 1994.

PEREIRA, Luís F. L. *Paranismo, o Paraná inventado: cultura e imaginário no Paraná da I República*. Curitiba: Aos Quatro Ventos, 1998.

PEREIRA, Magnus R. *Semeando Iras rumo ao progresso: ordenamento jurídico e econômico das sociedades paranaenses: 1829-1889*. Curitiba: Ed. UFPR, 1996.

PESAVENTO, Sandra J. História Regional e Transformação Social. In: SILVA, Márcio. (org). *República em Migalhas*. São Paulo: Marco Zero, 1990, p. 67-79.

RODRIGUES, Henrique E. Lévi-Strauss, Braudel e o tempo dos historiadores. In: *Revista Brasileira de História*, vol. 29, nº 57, p. 165-186, 2009.

SILVA, Vera Alice C. Regionalismo: o enfoque metodológico e a concepção histórica. In: SILVA, Márcio. (org). *República em Migalhas*. São Paulo: Marco Zero, 1990, p. 43-49.

VAINFAS, Ronaldo. História Cultural e Historiografia Brasileira. In: *História: Questões & Debates*, n. 50. Curitiba: Editora UFPR, jan./jun 2009, p. 217-235.

VARNHAGEN, F. A. de. *História geral do Brasil: antes de sua separação e independência de Portugal*. 3ª ed. São Paulo: Melhoramentos, s/d.

VELHO, Gilberto. O futuro das ciências sociais e a importância de seu passado. In: *Rev. Sociologia: Problemas e Práticas*, n. 48, 2005, p. 11-18.